



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

**A C Ó R D Ã O** Nº 406

**Feito** : Processo Nº 719/91-TCE/ACRE

**Relator**: Conselheiro HÉLIO SARAIVA DE FREITAS

**Assunto**: Contratos de Prestação de Serviços firmados entre a Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, Damasco Gomes dos Santos e outros.

**Contratos de Prestação de Serviços de** Nºs  
04/90, 05/90 e 06/90.

**Contratos com prazo determinado.**

**Efetivação dos contratados decorrido o prazo  
provisório**

**Ilegalidade**

**Infrigência ao Decreto-Lei Nº 2300/86 e a  
Lei Nº 4320/64, além de ferir o Disposto nos  
arts. 37, II da C.F. e 27, II da C.E.**

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo Nº 719/91-TCE/ACRE**, supra mencionado, **A C O R D A M**, à unanimidade, os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste aresto, que votou, acompanhando o entendimento mantido no Tribunal de Contas da União, que reconhece a obrigatoriedade de realização de concurso público para admissão de pessoal na administração indireta, à luz do **art. 37, II, da Constituição Federal**, para considerar **irregulares** e, conseqüentemente, nulas, as contratações, em caráter permanente, de **Damasco Gomes dos Santos, Selma Ramos da Cunha e Nelson Pereira da Rocha**, assinalando o prazo de 30 (trinta) dias, ao Diretor Presidente da SANACRE, para conhecimento da decisão e adoção das medidas saneadoras, remetendo-se expediente-representação aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, a fim de que tomem providências para coibir a contratação de Pessoal em descumprimento a Lei e que, o Governo do Estado, na condição de Acionista Majoritário ad referendum da Assembleia Geral, faça inserir nos Estatutos da Empresa, a obrigatoriedade prevista nos Artigos 37, II e 27, II, das Constituições Federal e Estadual respectivamente. De tudo cientificando-se este Tribunal.-.-.-.-.-.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 03 de junho de 1993.

  
**Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE**

**Presidente**

  
**Cons. HÉLIO SARAIVA DE FREITAS**

**Relator**

**Fui presente:**

  
**FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE	
Este documento publicado no	
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 6055	
de 23	06 / 1993 10h09
<i>Arêlis</i>	
Secretária do Plenário	

Coms. ISMAR BARROS BARROSA LEITE  
Presidente

Coms. MÁRIO SARAIVA DE FREITAS  
Relator

Fui presente:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 719/91

**ASSUNTO:** CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADOS ENTRE A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO ACRE - SANACRE, DAMASCO GOMES DOS SANTOS E OUTROS

**RELATOR:** CONSELHEIRO HÉLIO SARAIVA DE FREITAS

### RELATÓRIO

Trata o presente processo de 03 (três) contratos de prestação de serviços, de nº 04/90, 05/90 e 06/90, celebrados entre a Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE e pessoas físicas, pelo prazo de noventa dias, com pagamento mensal.

Os técnicos designados para a Inspeção Ordinária apresentaram o relatório de fls. 31/33, informando:

- que as pessoas contratadas provisoriamente, todas foram posteriormente efetivadas;

- o procedimento da contratação está em desacordo com o preceituado no art. 37, II da Constituição Federal.

Às fls. 40/45, o parecer jurídico do Bel. Antônio Urcezino de Castro Filho.


O MPE, manifestou-se através do parecer nº 387, de 18.01.93, ressaltando que a SANACRE infringiu o Decreto Lei 2.300/86 e a Lei 4.320/64, além de, ferir o disposto no art. 37, II da Constituição Federal.

Pelos ofícios nº 09 e 11/93, de 31 de março de 1993, foram notificados por este Conselheiro, o ex-Presidente Adalberto Ferreira da Silva e o atual Presidente Carlos Aírton Magalhães Santana de Souza para, querendo, apresentarem defesa no prazo de quinze (15) dias, a respeito das irregularidades apontadas, fls. 61/62:

Em tempo hábil, o atual Presidente da Sanacre apresentou sua defesa, fls. 73/75, assim também, o ex-Presidente Adalberto Ferreira da Silva.

É o relatório.

Rio Branco 31 de maio de 1993.

  
Hélio Saraiva de Freitas  
Conselheiro Relator



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

### CONCLUSÃO E VOTO

Vistos, analisados e relatados os presentes autos, atinentes a contratos celebrados pela Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE - com pessoas físicas, para prestação de serviços por tempo determinado e, que, posteriormente, foram contratadas em caráter permanente, contrariando frontalmente o inciso II, do art. 37, da Constituição Federal vigente, passo a tecer considerações sobre a infração supramencionada.

A obrigatoriedade de prévia aprovação em concurso público, para contratação de pessoal nas entidades da administração indireta, incluídas nessa abrangência as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, é determinação constitucional, cujo objetivo é freiar a admissão desordenada de pessoal, atendendo única e exclusivamente a critérios políticos, resultando no caos administrativo, produzindo déficit público, tolindo o Estado e as Empresas de aplicarem recursos em planos que visem o desenvolvimento.

Em assim sendo, voto, acompanhando o entendimento do Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 236/92, de 13.05.92, que reconhece a obrigatoriedade de realização de concurso público para admissão de pessoal da administração indireta, à luz do art. 37, II, da Constituição Federal, considerando irregulares e conseqüentemente nulas as contratações, em caráter permanente, de DAMASCO GOMES DOS SANTOS, SELMA RAMOS DA CUNHA e NELSON PEREIRA DA ROCHA.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Assinalando-se o prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que o Diretor Presidente da SANACRE tome conhecimento da decisão e adote as medidas saneadoras. Remetendo-se Expediente Representação aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, a fim de que adotem providências para coibir a contratação de pessoal em descumprimento à Lei, e que o Governo do Estado, na condição de Acionista Majoritário, **ad referendum** da Assembleia Geral, faça inserir nos estatutos das Empresas, a obrigatoriedade prevista nos arts. 37, II e 27, II, das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

É assim que voto.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE,  
em Rio Branco-Acre, 03 de junho de 1993.

*Hélio Saraiva de Freitas*  
Conselheiro Relator